

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.**

PROCESSO: 2022/006163  
RECORRENTE: MARCELO LIMA SANTANA  
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA BAHIA- SIT  
AUTO DE INFRAÇÃO: E234001831

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

**EMENTA MULTA POR INFRAÇÃO AO ART. 167 DO CTB. CORRETO ENQUADRAMENTO DA NATUREZA DA INFRAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE BIS IN IDEM ALEGADO PELO RECORRENTE. REGULARIDADE E CONSISTÊNCIA DO AIT. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.**

**Relatório**

Trata-se de Recurso interposto pelo proprietário, no intento de afastar aplicação de penalidade imposta em decorrência de infração de trânsito prevista no art. 167 do CTB, lavrada em 10/10/2021 na Rodovia BA052, Km 298 entr BR 122 (A)/BA [...], na cidade de MORRO DO CHAPÉU/BA, pelo que argui matérias de Fato e de Direito. Em sua defesa recursal, a Recorrente formula alegações que pretendem afastar a penalidade aplicada sem, entretanto, conseguir desincumbir-se do ônus probatório, *por não indicar no recurso o suposto bis in idem* que corrobore sua defesa. A Recorrente junta a documentação obrigatória e necessária à apreciação de suas argumentações.

O presente processo encontra-se instruído com cópia do espelho do Auto de Infração de Trânsito (AIT) e do Relatório de Notificação AR – Digital, pelo que coube-me, por distribuição, a análise e relatoria do Recurso. É o relatório.

**Voto**

Superadas questões processuais no que pertine a tempestividade e capacidade postulatória, e presentes todos os requisitos de ordem formal quanto a lavratura do AIT, passo à análise de mérito do Recurso.

Não há que se falar em “bis in idem”, vez que o Recorrente cita infrações distintas: (E234001830 – TRECHO: Rod. BA052 KM 298 ENTR BR 122 (A)/BA 144 (MORRO DO CHAPÉU) – ENTR BR 122(B)/BA – MORRO DO CHAPÉU, no dia 10/10/2021 as 11:47:00); (E234001834 – TRECHO: Rod. BA052 KM 298 ENTR BR 122 (A)/BA 144 (MORRO DO CHAPÉU) – ENTR BR 122(B)/BA – MORRO DO CHAPÉU, no dia 10/10/2021 as 12:05:00), *da aqui impugnada* (E234001831 – TRECHO: Rod. BA052 KM 298 ENTR BR 122 (A)/BA 144 (MORRO DO CHAPÉU) – ENTR BR 122(B)/BA – MORRO DO CHAPÉU, no dia 10/10/2021 as 11:50:00), *e portanto, não caracteriza a duplicidade de atuação.*

Não merece prosperar o pedido de arquivamento da notificação formulado com base na alegação de duplicidade do cometimento da infração pelas razões acima, restando descartada qualquer imputação de ilegalidade supostamente cometida pelo órgão atuador, pelo que as argumentações do Recorrente demonstram-se vazias, encontrando espaço apenas no anseio desta em ter seu Auto de Infração de Trânsito - AIT arquivado.

Por outro lado, em seu recurso o Recorrente não apresentou prova quanto a existência de fato extintivo da penalidade, pelo que resta refutada toda alegação voltada a rechaçar a regularidade do AIT.

Diante do exposto, verifica-se que as razões recursais não atendem aos interesses legais da Recorrente. Por estes motivos, VOTO no sentido de **CONHECER** do recurso interposto, entretanto dando-o por **IMPROVIDO**, **pelas razões aqui apontadas, mantendo a Autuação, julgando o Registro do Auto de Infração nº. E234001831**, lavrado contra **MARCELO LIMA SANTANA, válido**, mantendo a sua exigibilidade.

**Ficam as demais alegações também afastadas seja pela ausência de provas e/ou por faltar previsão legal.**

**Resolução**

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **CONHECER** do Recurso apresentado, entretanto, dando-o por **IMPROVIDO**, mantendo a exigibilidade do Auto de Infração de nº. **E234001831**, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 30 de maio de 2023.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Fábio Reis Dantas - Membro Titular / SIT

Alba Valéria Alves Coelho – Membro Titular – DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Janaina Nunes Nascimento – Secretária Administrativa da JARI